



Direito na Europa: Preso não tem direito de receber e-mail de advogado

Spacca

O advogado que quer conversar com seu cliente atrás das grades precisa recorrer à moda antiga. Ou vai até a cadeia e conversa cara a cara ou manda uma carta. Se tiver um rompante de modernidade, pode se valer do telefone. Mandar e-mail, jamais. É o que decidiu a Corte Europeia de Direitos Humanos, ao decretar que preso nenhum tem direito de receber e-mails.

Terceiro destinatário

Na Finlândia, um advogado tentou se comunicar com seu cliente, que estava preso, mandando um e-mail para o endereço eletrônico do diretor do presídio. A ideia era que a mensagem fosse encaminhada sem ser lida. Não deu certo. O diretor explicou que as regras do sistema prisional impediam que mensagens confidenciais destinadas aos presos fossem enviadas para o e-mail de funcionários do presídio. Para a Corte Europeia de Direitos Humanos, a decisão foi acertada e não violou nenhum direito fundamental nem do condenado e nem de seu defensor. *Clique [aqui](#) para ler em inglês.*



Estoque em crescimento

Em 40 anos, o número de processos em Portugal aumentou dez vezes. O total de ações subiu de 175 mil em 1972 para mais de 1,7 milhão em 2011. Já o número de juízes apenas quadruplicou: passou de 429 julgadores em 1972 para 1,7 mil em 2011. Ou seja, enquanto na década de 70 existiam cerca de 400 processos para cada juiz, hoje há mil ações para cada julgador. Os números foram divulgados pela Ordem dos Advogados de Portugal e fazem parte da campanha da entidade para impedir o encolhimento da estrutura judiciária no país, já anunciada pelo governo.

Delator da pátria

O Conselho da Europa [voltou a defender o Wikileaks](#) e criticar a maneira como os Estados Unidos vêm tratando o soldado Bradley Manning, apontado como a principal fonte de informações do site. Na semana passada, o Conselho aprovou resolução que recomenda aos países europeus que protejam delatores que revelarem informações de interesse nacional. “Crimes como assassinato, sumiço de pessoas, tortura e sequestro cometidos por agentes do governo não merecem ser protegidos como segredo de Estado”, diz nota divulgada pelo Conselho. *Clique [aqui](#) para ler, em inglês, a resolução aprovada.*



Big Brother

E por falar em delatores, as revelações feitas pelo americano Edward Snowden podem levar o governo britânico a ter de se explicar na Corte Europeia de Direitos Humanos. Um grupo de ONGs apresentou uma reclamação à corte dizendo que o governo do Reino Unido violou a privacidade dos cidadãos britânicos ao se valer do Prism, programa de espionagem dos Estados Unidos, para bisbilhotar a vida dos internautas. As organizações pedem que o Reino Unido seja obrigado a modificar suas leis de privacidade e oferecer mais garantias aos cidadãos. *Clique [aqui](#) para ler a ação em inglês.*

Mesa de debates

A Comissão de Veneza, órgão consultivo do Conselho da Europa, vai se reunir no final desta semana para mais uma sessão plenária. O encontro está marcado para acontecer na sexta-feira (11/10) e no sábado (12/10). Entre os assuntos que devem ocupar a pauta de discussão, está a nova Constituição da Tunísia, que vem sendo desenhada com a ajuda dos europeus. Um dos principais pontos da nova carta tunisiana é a criação de um tribunal constitucional, o primeiro na história do país.

Ritos religiosos

O Conselho da Europa e Israel anda se estranhando. É que os europeus aprovaram uma resolução rogando o fim da mutilação sexual de meninas e pedindo aos países que estabeleçam condições médicas e sanitárias mínimas para a circuncisão de garotos. Israel reclamou que as duas práticas, bastante distintas, foram colocadas no mesmo pacote de violações da integridade físicas das crianças e acusou o Conselho da Europa de discriminação religiosa. A circuncisão de meninos é um dos rituais religiosos do judaísmo. *Clique [aqui](#) para ler a resolução em inglês.*

Prevenção de gastos

Não é preciso nenhum estudo científico para concluir que as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos pesam no bolso dos países da Europa. Quase sempre que a corte encontra uma violação, manda o Estado violador pagar uma indenização. Embora baixa, essa indenização pode gerar efeito cascata dentro da Justiça nacional e mutilar o orçamento estatal. Na semana passada, a corte anunciou o que parece ser a solução para esse problema: os tribunais nacionais de última instância vão poder consultar os juízes europeus antes de decidir.

Prevenção de gastos 2

A consulta prévia à Corte Europeia de Direitos Humanos foi aprovada como parte do Protocolo 16. Vai permitir que os Estados da Europa troquem a remediação pela prevenção. O instrumento possibilita que a Justiça nacional confronte à corte europeia com imbróglis jurídicos e pergunte qual é a solução que não viola nenhum direito fundamental. O protocolo foi aberto para assinatura no dia 2 de outubro e depende de dez ratificações para entrar em vigor. *Clique [aqui](#) para ler em inglês.*

Date Created

08/10/2013